



Livros e políticas do espírito entre Brasil e Portugal no século XX: o caso da Livros do Brasil¹

*Débora Dias
João Luís Lisboa*

1. A “batalha dos livros” no espaço luso-brasileiro

Quer como fronteira imaginada, quer como demarcação institucional, sabemos que a ideia de uma comunidade “luso-brasileira” perpassou todo o século XX e se adaptou às conjunturas, bem como a diferentes quadrantes ideológicos, sociais e políticos, formando um caldo cultural com repercussões no presente debate sobre a lusofonia. Embora remonte ao processo de descolonização da América, até às primeiras décadas dos 1900, a construção imaginária de uma comunidade luso-brasileira foi alimentada por uma correnteza de

¹ Este artigo integra um projeto mais amplo e em construção, que conta com pesquisadores brasileiros e portugueses (um núcleo inicial foi formado por Nuno Medeiros, Emanuel Cameira, Pedro Piedade Marques, João Ferreira, Elisabeth Olegário, Patrícia Palma, Daniel Melo, Adelaide Gonçalves, Antônio Gilberto Ramos Nogueira, Rui Moreira Leite), seguindo pistas e perspectivas diversas. Gira em torno de uma documentação “resgatada”, constituída por papéis de um editor português no século XX – Antônio de Sousa Pinto – que, com lotes de livros, quadros, objetos antigos, foi desmembrada para venda, a partir do ano de 2018. Algumas pastas foram por nós identificadas e recuperadas, e outras, entretanto, continuam dispersas. A partir dessa operação de resgate de núcleos desse espólio, interrogamos o mundo dos livros, da edição, da leitura e das ideias numa dimensão que envolve o século XX português, brasileiro e o luso-brasileiro, nos seus múltiplos sentidos, incluindo o de busca por um espaço cultural comum aos dois países.

impressos com papel ativo nas transformações culturais, sociais e políticas (MOLLIER; DUTRA, 2006) que visavam influenciar as elites políticas e atingir um público-leitor alargado nos dois lados do Oceano (COOPER-RICHET; MOLLIER, 2012; DIAS, 2010). Institucionalmente, a ideia luso-brasileira passou por um caminho de reelaborações e refutações (CERVO E MAGALHÃES, 2000), percurso que, numa era de nascentes nacionalismos, coexistiu com um complexo esforço demarcatório – teórico, político e identitário – de cada uma dessas culturas (PAREDES, 2013).

Esse quadro alterou-se, na esfera político-ideológica, nos anos 1930, com a ascensão, em ambos os países, de regimes assentes no fortalecimento de ações repressivas (CARNEIRO e CROCI, 2010; TORGAL, 2009), quer no plano social, quer no plano da liberdade de pensar e de publicar (DIAS, 2017). Por sua vez, o nacionalismo português, fortemente ancorado numa visão historicista da herança dos Descobrimentos (CATROGA, 2008), buscava encontrar na política externa da sua ex-colônia um aliado estratégico para a manutenção do Império, quer sob a feição do panlusitanismo (SERRANO, 2014), quer nos apoios à resistência à orientação da ONU que apontava para a necessidade de as potências imperiais reconhecerem o direito à autodeterminação e independência de suas colônias (ALEXANDRE, 2017). Essa aliança recorreu a justificações ideológicas, mesmo quando inspirados em argumentos das ciências humanas, caso do luso-tropicalismo (CASTELO, 1999), e encetou esforços diplomáticos para a criação e institucionalização (década de 1950) de uma comunidade luso-brasileira.

Nesse contexto, entendemos a batalha dos livros essencialmente em dois sentidos (relacionados): por um lado um plano institucional e político, decorrente de programas, de acordos e de vontades de protagonistas e organismos governamentais; por outro lado,

a concretização de dinâmicas editoriais e suas repercussões, que incluem perspectivas empresariais e econômicas, que dialogam não só com tais programas oficiais, mas também com outros projetos. Esses dois sentidos implicam igualmente uma dimensão genérica de prática cultural, e não apenas porque se trate de livros.

Aquilo de que aqui falamos é um pequeno intervalo de um longo processo, durante o qual, nos dois lados do Atlântico, se entendeu que o livro podia ser tanto objecto de fortuna como de iluminação, sendo fonte de progresso social e humano. E nesse entendimento se chocam as mais diversas posições, a doutrinação mais conservadora e as grandes esperanças de transformação social, grandes receios e grandes investimentos.

Como chegam essas expectativas aos anos 40 do século XX? De forma muito sintética, destacamos duas perspectivas:

1º) as expectativas do poder: aproximação dos Estados e convergência de projectos, num momento em que o livro vai ganhar protagonismo nas políticas oficiais luso-brasileiras. Isto é, trata-se de um período de regimes autoritários, em Portugal e no Brasil, interessados a impor e em hegemonizar “políticas do espírito” mais totalizadoras e antidemoliberais, políticas que, atuando no campo das ideias e sensibilidades, foram fundamentais para a consolidação e manutenção do regime autoritário, atuando junto com a repressão, mas por meio de outros dispositivos. Direccionamentos que se tornam bem expressos no teor do Acordo Cultural Luso-brasileiro de 1941, promovido pelo Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) de Portugal, na figura de António Ferro, e pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas, sob orientação de Lourival Fontes. E não é menor que, entre outros desígnios, aquele documento defina como objetivos de ambos os governos a promoção do livro entre os dois países, mais explicitamente, “a promoção do

livro português no Brasil e do livro brasileiro em Portugal” (Artigo 2º-g), entre outras ações que envolvem o impresso e que incluem a criação de uma revista chamada *Atlântico*, mantida pelos dois organismos de propaganda.

2º) expectativas vistas a partir de um caso concreto: a ação, as expectativas e os projetos de um editor-livreiro, que começa no Brasil, explorando as potencialidades da procura do livro português, e que passa, então, para Portugal, acompanhando, nesse trânsito, a mudança de equilíbrios entre os dois mundos editoriais. A abertura ao livro brasileiro em Portugal será apenas um dos seus trunfos. Trata-se do editor, distribuidor e livreiro António Augusto de Sousa Pinto (Porto, 1901 - Lisboa, 1987), muito interessado em articular a sua acção, enquanto empresário, com as iniciativas governamentais.

2. Políticas do espírito no mundo do livro entre Portugal e Brasil

No final dos anos 1930, Sousa Pinto e outros dois sócios, os portugueses António Pedro Martins Rodrigues e Américo Fraga Lamares (Civilização), fundam a editora e distribuidora Livros de Portugal livraria também instalada, a partir de 1941, na travessa do Ouvidor, no Rio de Janeiro. E, como veremos, não será por acaso que, em 1944, Sousa Pinto fará o caminho inverso, regressando a Portugal para fundar com seu irmão, Joaquim de Sousa Pinto, a Livros do Brasil (MEDEIROS, 2018). Em 1945, a Livros do Brasil atua como editorial, exportadora do livro português, importadora e distribuidora do livro brasileiro, com exclusividade para Portugal e para as colônias portuguesas de outras editoras brasileiras (MELO, 2018). O projeto inicial centrava-se na ideia de atuação para o intercâmbio luso-brasileiro e “divulgação” de literatura brasileira.

A história desses trânsitos editoriais de Sousa Pinto está documentada nos fragmentos, por nós reunidos, de um arquivo que sabemos ser maior. Ao que se foi agrupando, com manuscritos, impressos e fotos, entre os anos 1940-1970, e com aquilo que sabemos que existe e que foi sendo adquirido por outros, juntam-se os próprios livros na materialidade das suas diferentes edições, incluindo os do acervo pessoal de Sousa Pinto, alguns autografados. E, assim, mesmo na sua incompletude, pensamos que o acervo que se pretende disponibilizar no CHAM – Centro de Humanidades da Universidade Nova de Lisboa e Universidade dos Açores - reúne núcleos significativos do espólio das duas casas editoras, especialmente da Livros do Brasil, incluindo correspondência, provas tipográficas, livros autografados e traduções de cartas. As possibilidades são muitas e incluem questões em torno das traduções, capas, coleções e mesmo das relações entre as casas editoriais brasileiras e o mundo do livro em Portugal, como os contatos de Sousa Pinto e de seus sócios com a editora José Olympio e Editora Globo, ou as suas relações com os vários escritores.

Para o caso aqui tratado, a correspondência comercial recebida por Sousa Pinto, como também a cópia do que seria a correspondência expedida por ele, sistematicamente datada e arquivada, demonstram características de uma rede de interlocutores do mundo do livro nos dois países, que incluem, por exemplo, para o período que aqui tratamos, os dois principais responsáveis pela implementação das “políticas do espírito”, António Ferro e Lourival Fontes, e também o próprio Getúlio Vargas. Esses fragmentos, no cotejo com a materialidade das próprias publicações da Livros de Portugal e em diálogo com outros núcleos de documentos – nomeadamente os arquivos do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN-ANTT) e do Arquivo Oliveira Salazar (ANTT) –, fornecem abundante informação sobre as relações Brasil-Portugal e sobre o mundo dos livros

nos dois países, que incluem os contatos de bastidores, as disputas comerciais, assim como as ações efetivas na batalha das ideias.

Para nossos propósitos, é relevante perceber, no século XX, um período de formação de uma nova conjuntura anti e pró-Salazar no Brasil, em um momento singular da aproximação entre os dois países, com declaradas afinidades ideológicas autoritárias e de assumida inspiração fascista. O ambiente político na ex-colônia portuguesa, que desde 1930 tinha Getúlio Vargas na presidência, vivia um ciclo de autoritarismo (1937-1945), chamado de Estado Novo, como em Portugal. A ditadura getulista aumentou as restrições à entrada de estrangeiros no país, embora, gradativamente, tenha diminuído as limitações à vinda e permanência de portugueses, tendência explicada pelas afinidades entre os dois regimes (LOBO, 2001). Os grupos de oposição a Salazar no Brasil, seguidos de perto pelas autoridades portuguesas e cerceados pela legislação brasileira, engrossaram, na década de 1940, com a chegada de outros “indesejáveis” do regime, como o poeta e filósofo Agostinho da Silva (exilado desde 1943, mas que se instala no Brasil em 1947) e o escritor e editor anarquista Roberto das Neves (1942). Alguns já haviam passado pelo exílio na Europa, mas, sob o impacto da II Guerra e do que se lhe seguiu, atravessaram o Atlântico, como foi o caso de Jaime de Morais e de Jaime Cortesão (1940).

É sabido que as afinidades ideológicas entre os Estados Novos português e brasileiro contribuíram para uma maior aproximação que, muito esquematicamente, podemos assinalar com alguns marcos: em 1935, a fundação do Instituto Luso-Brasileiro para a Alta Cultura; e, já no contexto da II Guerra, vinculada à precária posição diplomática portuguesa em relação ao conflito, o convite de Portugal à sua ex-colônia como coanfitriã das comemorações dos dois centenários (Fundação da Nacionalidade em 1140 e Restauração da

Independência em 1640). Com a edificação do Pavilhão do Brasil e a parte brasileira no Pavilhão dos Portugueses no Mundo, além do envio de comitiva oficial composta por militares, membros da Academia Brasileira de Letras (ABL) e intelectuais ligados ao regime, o Brasil aparece de modo explícito como exemplo de sucesso do colonialismo português, durante a Exposição do Mundo Português (junho a dezembro de 1940), cujo “Pavilhão Brasil” albergou um espólio de cerca de cinco mil impressos levados a Portugal pelo Estado Novo de Getúlio Vargas. Essa biblioteca, selecionada pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), contava com publicações que versavam sobre as realizações e a ideologia do regime e sobre a cultura brasileira em geral e foi depois doada à Universidade de Coimbra (servindo como núcleo central da ainda hoje existente Sala Brasil).

Percebe-se a conjuntura para a assinatura do já referido Acordo Cultural Luso-Brasileiro. Em linhas gerais, este se pautava na colaboração cultural mais efetiva com vistas à difusão de suas culturas, o que destacava as iniciativas de difusão e promoção do livro entre os dois países. Isto é, os organismos oficiais de propaganda, do Brasil e de Portugal, ficaram encarregados de “assegurar e promover” a difusão da cultura ao propiciarem “o intercâmbio e publicação de artigos inéditos de escritores e jornalistas brasileiros e portugueses na imprensa dos dois países” (ACORDO, 1942, p. 180). Para a realização desse objetivo, o documento também previa o lançamento de um periódico luso-brasileiro, como efetivamente veio a ocorrer com a saída da revista *Atlântico* (1942-1950), pensado para “orientar” a moral das elites intelectuais de ambos os países.

Sob o imperativo do Acordo Cultural, foram planejadas e publicadas coleções. Como exemplo, há a edição portuguesa de vinte e cinco autores brasileiros, entre os quais Gilberto Freyre, Cecília

Meireles, Graciliano Ramos, ainda que, posteriormente, algumas das ofertas viessem a incomodar politicamente “a cautelosa censura portuguesa” (HALLEWELL, 2005, p. 356), como aconteceu com José Lins do Rego.

Quanto às linhas gerais do acordo, na prática, estudos apontam que “estas seções atuaram muito mais no sentido de limitar manifestações contrárias ao Estado Novo português e brasileiro, além de difundirem o ideal estadonovista luso-brasileiro” (SCHIAVON, 2008, p. 8). Do lado português, ainda seguindo Carmem Schiavon, os interesses comerciais no acordo eram visíveis, exemplo da correspondência de António Ferro com as autoridades consulares, como também, em sentido inverso, no diálogo travado entre Ferro, editores e livreiros portugueses. Esse aspecto é por nós confirmado na documentação de Sousa Pinto, em cotejo com o arquivo do SPN, outro núcleo a ser explorado.

Tal interesse comercial não pode, nessa conjuntura, ser dissociado de outra preocupação que será crescente: a perda de influência cultural da ex-metrópole para os Estados Unidos (SCHIAVON, 2008; MEDEIROS, 2011). Complementar a esse sentido, o Acordo de 1941 é também visto por Gisella Serrano como um desdobramento da “Política do Atlântico”, organizada no interior da estratégia de propaganda e afirmação nacional do governo de Salazar, a partir de uma concepção política “panlusitanista” (SERRANO, 2014).

Interessa destacar que, integrante dessa estratégia de aproximação dos dois regimes, a revista *Atlântico* contou com uma colaboração ampla de portugueses e brasileiros (ALCÂNTARA, 2017), o que incluiu mesmo nomes antigitulistas, como Graciliano Ramos, o comunista Caio Prado Júnior, ou portugueses não alinhados com o salazarismo, caso de Maria Archer, Jorge de Sena, José Régio, e diferentes matizes políticos e escolas intelectuais, como Antonio

Quadros e Sofia de Mello Breyner Andersen. Uns mais, outros menos assíduos, fato é que a publicação conta com a colaboração de Manuel Bandeira, Cícero Dias, Vinicius de Moraes, Jorge de Lima, Raquel de Queiroz e Érico Veríssimo. Na orientação de António Ferro, era explícito o convite ao que considerava os “melhores” para a revista, coincidente com uma ideia subjacente ao projeto de controle que acaba por abrir para oportunidades de “descontrole”.

Em algumas cartas de Ferro, percebe-se um alerta de cunho mais moral que político, o que aparece de forma explícita na orientação de Ferro ao escritor português António de Sousa Pedroso, o Visconde de Carnaxide, em relação à participação brasileira nos primeiros números da revista *Atlântico*, por exemplo:

A colaboração quer para a imprensa, quer para a revista deve, como combinámos, – e permite que insista nesta parte – ser obtida entre os melhores nomes e os de mais projecção. Mas há um ponto em que precisamos ter sempre o máximo de cuidado. Quando se tratar de novelas ou de romances, espero que V. Exa. evite com o tacto e diplomacia que lhe são peculiares, que sejam escolhidos trechos demasiado livres que poderiam sair dos moldes construtivos da nossa política de espírito e dar mesmo errada compreensão em Portugal da literatura brasileira (Carta de António Ferro ao Visconde de Carnaxide, 23/2/1942).

Essa orientação irá contrastar com a política oficial portuguesa de intercâmbio cultural com o Brasil nos anos 1950, na qual haverá um objetivo declarado de promover uma “inteligência portuguesa” expurgada de nomes que se coloquem publicamente como opositores ao regime (DIAS, 2019).

3. Sousa Pinto e a Livros de Portugal no Brasil

Essa chave é útil para se compreender as bases a partir das quais, nessa conjuntura, Sousa Pinto se esforça por estar à frente de uma Quinzena do Livro Português no Brasil, em fins de 1941. Com efeito, sua casa comercial, a Livros de Portugal, conquistou a liderança das atividades no Rio de Janeiro, numa programação que incluiu ainda atividades em Recife, Espírito Santo e São Paulo. A correspondência indicia os ganhos não apenas comerciais, mas de ampliação de influência do próprio Sousa Pinto, a começar pelas tarefas em que esteve diretamente envolvido: a Exposição do Livro Português na Biblioteca Nacional, a organização por Sousa Pinto de um Catálogo, a venda dos livros portugueses especialmente importados para essa programação e a promoção da sua casa livreira em uma negociação que envolvia o SPN e DIP.

Outro exemplo de ampliação da sua rede de interlocutores nesse contexto está na “Relação de individualidades” que Sousa Pinto convidou pessoalmente para integrar a programação de “conferências, palestras e recitais a efetuar durante a Exposição do Livro Português” (RELAÇÃO, s/c). A lista é demonstrativa ainda da diversidade e da representatividade dos nomes escolhidos para estabelecer relações quanto ao livro português no Brasil, com atuações intelectuais diferentes e matizes políticos diversos: do exilado Jaime Cortesão ao estadonovista Visconde de Carnaxide (António de Sousa Pedroso), entre os portugueses; e de brasileiros como Sérgio Buarque de Holanda, Afrânio Peixoto, Gustavo Barroso e Gilberto Freyre, Olegário Mariano². A fonte não permite afirmar o efetivo convite

2 Segue a relação completa: Afrânio Peixoto, Jaime Cortesão, Visconde de Carnaxide, Alceu Amoroso Lima, Artur Ramos, Leonídio Ribeiro, Marcelo Matias, Fidelino Figueiredo, Serafim Leite, Afonso Melo Franco, Sérgio Buarque de Holanda, Americo Facó, Augusto Maia, Gilberto Freyre, Alvaro Lins, João Luso, Elmano Cadim, Paulo Filho, Gustavo Barroso, Olegário Mariano, Levy Carneiro, Sousa Batista, Armando Boaventura, Margarida Lopes de Almeida, Afonso Lopes de Almeida, Arnon de Melo, Frederico Schmidt, Pedro Calmon, Renato de Almeida, Conde Pinheiro Domingues, Oswaldo Orico, Edmundo Luz Pinto, Tasso da

de todos, nem todos os que aceitaram (apesar do apontamento manuscrito “aceitou”, diante de nomes como Alceu Amoroso Lima, Jaime Cortesão, Afrânio Peixoto, Fidelino Figueiredo, Armando Boaventura). No entanto, indicia relações que podem ser exploradas por uma análise mais verticalizada da sua correspondência.

Publicamente, e como era esperado, o editor afirmava todos os esforços para contribuir com o sucesso dos objetivos do Acordo, bem como com seus principais protagonistas. Além de António Ferro e Lourival Fontes, a quem Sousa Pinto caracteriza como os “verdadeiros atletas da política do espírito”, o editor também realça o papel do chanceler Osvaldo Aranha e do embaixador português Martinho Nobre de Melo.³

O *Catálogo da Exposição* mereceria um tópico à parte pelo ambicioso objetivo de trazer, nas palavras do organizador, “a quase totalidade das obras editadas e em venda em Portugal” no período. No entanto, é possível destacar uma orientação pluralista que, se obviamente não inclui obras contra o regime, está longe de vetar autores não alinhados com os programas estadonovistas, mesmo que de modo disciplinado.

Importa ainda relevar que esse diálogo intenso do editor com as políticas de Estado ocorre com a contratação de um exilado português que, como já referido, acabava de chegar ao Brasil, o historiador Jaime Cortesão. Efetivamente, Cortesão dirige a coleção *Clássicos e Contemporâneos*, com antologias literárias, documentos históricos, textos de referência, sempre acompanhada de prefácios de estudiosos portugueses e brasileiros. A coleção dá início ao contato de Sousa Pinto com alguns que vão ser seus assíduos colaboradores, a exemplo de Ribeiro Couto e Cecília Meireles. Ressalte-se ainda a colaboração

Silveira. Cf. RELAÇÃO das individualidades a convidar para as conferências, palestras e recitais a efetuar durante a exposição do livro português. *Acervo Sousa Pinto*, CHAM, s/catalogação.

3 Correspondência de Sousa Pinto, sem catalogação.

da pintora Vieira da Silva, então radicada no Brasil depois de Portugal de Salazar recusar o visto de residência a seu marido húngaro, o pintor Árpád Szenes, que fugia do nazismo.

Também é por esta via que se compreende que a Livros de Portugal se associe à distribuição e divulgação na imprensa brasileira do livro *Assim dizem os profetas*, em 1943, na “versão” do anarquista português que acabara de chegar ao Brasil, Roberto das Neves. A prosa antinazista de um suposto médium e ocultista alemão, que anunciava a interpretação astrológica de que seria inevitável a derrota da Alemanha, da Itália e do Japão, não aparece como “editada” pela Livros de Portugal, mas sim distribuída, embora a divulgação no jornal *Diário da Noite* destaque a editora como a responsável por “tornar conhecido no Brasil” este livro (LIVROS NOVOS, 21/1/43, p. 6).

4. As mudanças do pós-guerra e o intercâmbio oficial luso-brasileiro

Esse movimento de aproximação das “políticas do espírito” de ambos os países esfria com o fim do Estado Novo de Vargas em 1945. Com a queda de Getúlio, caía também um simpatizante declarado das ideias políticas de Salazar e, com ele, a continuidade, pelo menos imediata, de um incremento no relacionamento Brasil/Portugal.

No entanto, sabemos que a perda da antiga influência já sentida nos inícios dos anos 1940 pelos agentes do livro portugueses insere-se numa conjuntura mais ampla, na qual não teve um papel menor a censura, a repressão intelectual e social, assim como a ausência de políticas públicas para o livro durante o Portugal salazarista. Por sua vez, do outro lado, em 1948, uma legislação brasileira protecionista e proibicionista de traduções portuguesas e originais brasileiros publicados em Portugal foi decretada.

Na conjuntura do arrefecimento do acordo, o escritor António Ramos de Almeida afirma: “O «intercâmbio luso-brasileiro» é um mote sem fundo, que tem sido fértil e febrilmente explorado em livros, em conferências, em artigos. À volta do mote giram os interesses de uns, a «cabonitagem» de muitos, o academismo acaciano de outros. Criou-se até uma retórica própria, prenhe de topos pomposos” (ALMEIDA, 1946, p. 8).

Os topos pomposos de que falava Ramos de Almeida são, de qualquer modo, também interessantes, pois representam a visão institucional das relações culturais e porque foram, em todo o caso, suporte para muitas acções fora do âmbito estritamente político.

Do outro lado do oceano, é visto um crescimento, embora lento, da presença do livro brasileiro em Portugal desde os finais dos anos 1920, movido pelos ecos da originalidade da mais recente literatura e pintura (com o destaque de Portinari) naquele país e pelas repercussões de algumas obras de cunho mais sociológico e historiográfico (Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., entre outros). Nos anos 1940, essa concorrência se dava principalmente com os romances originais, mas também já ocorria nas traduções, em obras técnicas ou de estudo. Procurando obras de Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Érico Veríssimo, Cecília Meireles, e não só, em Portugal, um público cada vez mais largo descobria, na leitura de livros, de natureza variada, incluindo os de conteúdo ficcionista, a existência de diversos “brasis”, o que levou as edições brasileiras a conquistar mais espaço nas livrarias portuguesas. Essa expansão de influência chegará até o fim dos anos 1960 (MEDEIROS, 2011). Novamente, citando António Ramos de Almeida:

A projecção e influência da Nova Literatura Brasileira deram-se entre nós porque a poesia brasileira moderna revelou-se em vozes fortes como as de Manuel Bandeira,

Jorge de Lima, Augusto Frederico Schmidt, Álvaro Moreira, Ronald de Carvalho, Cecília Meireles, etc., e, sobretudo, porque o romance brasileiro dos nossos dias se impôs com Jorge Amado, Graciliano Ramos, José Lins do Rego, Amando Fontes, Erico Veríssimo e tantos outros, que bem depressa se consagraram em Portugal (ALMEIDA, 1946, p. 8).

O que significa essa “consagração quando tudo o que se lê chega em edições do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Porto Alegre”? A circulação da literatura e da edição brasileira em Portugal é testemunhada por artigos em jornais e revistas, por notas biográficas (Ribeiro Couto, Carlos Drummond de Andrade), por citações frequentes (Jorge de Sena e António Ramos de Almeida, por exemplo), por livros, como o de João de Barros (*Presença do Brasil*, Rio de Janeiro, Dois Mundos, 1946), ou mesmo por secções dedicadas à divulgação de edições brasileiras (*Mundo Literário*, 1946). Entretanto, a edição sistemática em Portugal começa apenas nos anos 40, já depois do fim da Guerra, sobretudo com a editora Livros do Brasil.

Machado de Assis, José Lins do Rego, Erico Veríssimo, Jorge Amado e Joracy Camargo estão entre os primeiros autores brasileiros que a Livros do Brasil publica a partir de 1947. São publicados, também, muitos outros, cujas traduções são usadas por esta editora nesses primeiros anos, como Monteiro Lobato, James Amado, Mário Quintana, Herbert Caro, Millôr Fernandes, Darcy Azambuja, para citar alguns, onde se conta o próprio Erico Veríssimo, por exemplo.

Esse é certamente o início de uma outra história, porque aquilo a que se assiste, nesses anos 1940, a despeito de todos os propósitos governamentais, é uma inversão de sentido nas relações de troca de livros entre os dois países. Soma-se a essas razões a conjuntura política e comercial que então se vivia.

Fontes

ACÔRDO Cultural Luso-Brasileiro. “Documentos”. In: **Revista Atlântico**, nº 1. Lisboa: SPN/DIP, 1942, p. 180-181. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Atlantico_RevistaLusoBrasileira/Atlantico.htm

ALMEIDA, António Ramos de Almeida. In: **Mundo Literário**, nº 4, 1/6/1946.

CARTA de António Ferro ao Visconde de Carnaxide, 23/2/1942. PT/TT/SNI/SILB/1/11. Secretariado Nacional de Informação, cx. 1587. Acervo Arquivo Nacional Torre do Tombo (ANTT).

CORRESPONDÊNCIA de António Sousa Pinto, **Acervo “Livros do Brasil”**, CHAM (ainda sem catalogação).

LIVROS NOVOS. In: **Diário da Noite**, Rio de Janeiro, 21/1/43, p. 6.

EXPOSIÇÃO do Livro Português. **Catálogo**. Rio de Janeiro: Livros de Portugal, s/a. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal.

IZGUR, Ernst. **Assim falaram os profetas**. Versão portuguesa de Roberto das Neves. Rio de Janeiro: Livros de Portugal (distribuidora para o Brasil), 1943. Acervo Biblioteca Nacional de Portugal.

RELAÇÃO das individualidades a convidar para as conferências, palestras e recitais a efetuar durante a exposição do livro português. **Acervo Sousa Pinto**, CHAM, s/catalogação.

Referências

ALCÂNTARA, Lúcio. **Atlântico, uma revista e dois regimes**. Conferência apresentada na Embaixada do Brasil em Lisboa em 19/1/2017 [manuscrito].

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci; CROCI, Federico (Orgs.). **Tempos de fascismos**: Ideologia – Intolerância – Imaginário. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial/Arquivo Público do Estado de São Paulo, 2010.

CASTELO, Claudia. **O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa** (1933-1961). Porto: Edições Afrontamento, 1998.

CATROGA, Fernando. “Pátria, nação, nacionalismo”. In: TORGAL, Luís Reis [et. alli]. **Comunidades imaginadas. Nação e Nacionalismos em África**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2008, p. 9-39.

CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de. **Depois das Caravelas**. As relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000. Brasília: Edições UNB, 2000.

DIAS, Débora. “Joaquim de Carvalho e a missão portuguesa no Brasil”. In: PAULO, Heloísa [et al.]. **Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo**. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2019 [no prelo].

DIAS [MACAMBIRA], Débora. **A “redescoberta” do Brasil em Joaquim de Carvalho**: uma comunidade luso-brasileira feita de livros (1928-1958). Tese de Doutorado em Altos Estudos em História, ramo História - Época Contemporânea, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2017.

DUTRA, Eliana de Freitas; MOLLIER, Jean-Yves (Orgs.). **Política, nação e edição**. São Paulo: Annablume, 2006.

HALLEWELL, Laurence. **O Livro no Brasil**: sua História. 2ª edição revista e ampliada. São Paulo: Edusp, 2005, p. 356-361.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. **Imigração Portuguesa no Brasil**. São Paulo: Editora Hucitec, 2001.

MEDEIROS, Nuno. **O livro no Portugal Contemporâneo**. Lisboa: Le Monde Diplomatique / Outro Modo, 2018.

MEDEIROS, Nuno. “Influência e contrainfluência na inversão do poder tipográfico entre Portugal e o Brasil. Narrativa e atividade nos editores portugueses”. **História** (São Paulo), vol. 30, n.º 2, ago./dez. São Paulo: USP, 2011, p. 179-195.

MELO, Daniel. “Semblanza de António de Sousa Pinto (1901-1987)”. *In: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes* - Portal Editores y Editoriales Iberoamericanos (siglos XIX-XXI), 2018.

PAREDES, Marçal de Menezes. **Configurações luso-brasileiras**. Fronteiras Culturais, demarcações da História e Escalas Identitárias (1870-1910). S/l: Novas Edições Acadêmicas, 2013.

SCHIAVON, Carmem Gessilda Burgert. “O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período”. **Anais do IX Encontro Estadual de História**. Associação Nacional de História, seção Rio Grande do Sul (Anpuh-RS), 2008. [http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf].

SERRANO, Gisella de Amorim. **Caravelas de Papel**. A Política Editorial do Acordo Cultural de 1941 e o Pan-lusitanismo (1941-1949). Lisboa: Instituto Camões, 2014.

TORGAL, Luís Reis. **Estados Novos, Estado Novo**, vol. I e II. Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009.